ISSN: 2358-8829

A FORMAÇÃO DOCENTE FRENTE À SURDOCEGUEIRA: REANÁLISE CURRICULAR DE MATRIZES DE CURSOS DE LICENCIATURA EM LETRAS-LIBRAS

Aristides Daniel de Aguiar[1]
Raimundo Evandro Duarte Filho[2]
Marilene Calderaro da Silva Munguba[3]

RESUMO

Este estudo reanalisa a inserção da surdocegueira na formação docente em Letras-Libras, tomando como referência o levantamento de 2023 de 27 cursos de 26 universidades federais. A pesquisa documental, qualitativa, atualizada em 6 de setembro de 2026, ampliou a busca dos títulos das disciplinas para PPCs e ementas, empregando descritores relacionados à surdocegueira, à comunicação tátil e à guia-interpretação. Recuperaram-se 14 PPCs, um deles sem o anexo de ementas, e duas matrizes; 11 cursos permaneceram com verificação insuficiente. A fundamentação mobilizou pesquisas de pós-graduação verificadas em repositórios institucionais, sem caracterizar revisão exaustiva da BDTD ou da Plataforma Sucupira. Confirmou-se a disciplina optativa Surdocegueira e Escolarização, de 54 horas, na UFAL. Na UnB, identificou-se previsão de formação de professores de alunos surdocegos em documento de 2018, sem demonstração de componente específico. Localizaram-se documentos e processos de revisão posteriores a 2023, mas não se comprovou nova disciplina específica no subconjunto consultado. Os resultados ampliam a detecção de referências formativas, sem comprovar que sejam mudanças recentes. Conclui-se que a documentação permite uma atualização parcial, não uma afirmação de imobilidade dos 27 cursos. Propõe-se articular conteúdos explícitos, práticas supervisionadas de comunicação e participação de pessoas surdocegas na formação inicial.

Palavras-chave: surdocegueira; formação docente; Letras-Libras; currículo; educação inclusiva.

[1] Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN); Graduado em Letras-Libras pela Universidade Federal do Ceará (UFC), ariseducacao@gmail.com.

[2] Especialista em Atendimento Educacional Especializado e Educação Especial pela Faculdade Focus; Graduado em Letras-Libras pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Graduando em Produção Multimídia pela Universidade Federal do Cariri (UFCA); Professor de Libras da Secretaria Municipal de Educação de Umirim/CE, evandroduartefilho@gmail.com.

[3] Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Mestre em Educação Especial pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Professora do Departamento de Letras-Libras e Estudos Surdos, Universidade Federal do Ceará (UFC), marilenemunguba@delles.ufc.br.

ISSN: 2358-8829

1. INTRODUÇÃO

A formação de professores de Libras precisa considerar que seus futuros estudantes não constituem um grupo homogêneo. A trajetória linguística, as possibilidades sensoriais e as condições de acesso à comunicação de pessoas surdocegas demandam escolhas pedagógicas que não podem ser deduzidas apenas do conhecimento da Libras em modalidade visual. Nessa perspectiva, investigar o currículo significa examinar quais conhecimentos se tornam compromissos formativos explícitos e quais permanecem dependentes de iniciativas ocasionais.

Em 2023, Aguiar et al. analisaram matrizes de 27 cursos de Licenciatura em Letras-Libras, pertencentes a 26 universidades federais, sendo 23 presenciais e quatro a distância. A busca por descritores nos títulos dos componentes identificou uma única disciplina específica, optativa, com 54 horas, na UFAL. O próprio trabalho reconheceu que a ausência de uma denominação específica não excluía a possibilidade de conteúdos inseridos nas ementas de outras disciplinas (Aguiar et al., 2023).

A presente reanálise parte dessa limitação e formula a seguinte questão: quais permanências, modificações documentais e evidências de inserção curricular da surdocegueira podem ser verificadas em 2026 no conjunto histórico estudado? O objetivo geral é atualizar a análise dos documentos recuperáveis, distinguindo disciplinas próprias, conteúdos explicitados em outros componentes e referências institucionais sem função curricular demonstrada.

São objetivos específicos: identificar versões de PPCs e matrizes disponibilizadas pelas instituições; ampliar o rastreamento às ementas; cotejar os achados com pesquisas de pós-graduação sobre escolarização, comunicação e formação; e delimitar as conclusões permitidas pela documentação. O recorte mantém os 27 cursos do estudo original como conjunto de acompanhamento, não como censo atualizado de todas as licenciaturas brasileiras.

A contribuição pretendida não se reduz a contar disciplinas. Um currículo pode reconhecer a temática em seu texto introdutório sem garantir oportunidades de aprendizagem; inversamente, uma disciplina de título amplo pode trabalhar conteúdos específicos quando sua ementa os explicita. A reanálise, por isso, diferencia visibilidade documental, compromisso curricular e realização pedagógica. Apenas as duas primeiras dimensões são parcialmente acessíveis nas fontes utilizadas; a terceira exigiria outros procedimentos de investigação.

ISSN: 2358-8829

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Watanabe (2017) mapeou 45 teses e dissertações brasileiras produzidas entre 1999 e 2015. Esse antecedente mostra que a área já dispunha de produção acumulada antes do levantamento curricular de 2023. Seu recorte não autoriza estimar o total de pesquisas existente em 2026, mas oferece uma base histórica para discutir a distância entre conhecimento produzido e sua explicitação na formação inicial.

Na investigação de Matos (2012), realizada com professoras do atendimento educacional especializado, aparecem necessidades de formação específica e de articulação com a escolarização. Farias (2015), ao estudar processos de inclusão na educação básica, evidencia trajetórias e modos comunicativos distintos, além de dificuldades na articulação dos apoios. Em conjunto, esses trabalhos sustentam a análise da formação como responsabilidade compartilhada, não restrita à ação isolada de um profissional especializado.

Muccini (2017) examinou barreiras e facilitadores da inclusão universitária de estudantes com surdocegueira. A pesquisa destaca dimensões comunicacionais e atitudinais, contribuindo para deslocar a discussão do simples ingresso para as condições de participação acadêmica. Para a leitura dos PPCs, isso significa perguntar se a inclusão aparece apenas como declaração institucional ou também como objeto de aprendizagem do licenciando.

Oliveira (2022) investigou a estrutura articulatória da Libras tátil e identificou especificidades associadas à modalidade, como mudanças no espaço de sinalização e em elementos dos sinais. O trabalho fundamenta a necessidade de abordar a comunicação tátil com precisão linguística. Não se deve pressupor que a competência na modalidade visual se transfira automaticamente para situações táteis, nem que todas as pessoas surdocegas utilizem o mesmo sistema comunicativo.

O resumo institucional de Daoud (2022) descreve pesquisa-ação com leitura compartilhada e materiais multissensoriais, envolvendo um mestrando surdocego na formação de professores. A experiência valoriza a participação das próprias pessoas surdocegas na avaliação dos materiais. Farnese (2024), em pesquisa sobre tradução e interpretação de música em Libras tátil, amplia a compreensão dos contextos comunicativos em que essa modalidade pode ser empregada. O estudo contribui para demonstrar a complexidade da formação linguística, embora não constitua evidência de alteração curricular nas licenciaturas analisadas.

ISSN: 2358-8829

3. METODOLOGIA

Realizou-se pesquisa documental qualitativa, de caráter descritivo e comparativo, com data de corte em 6 de setembro de 2026 . O conjunto de acompanhamento corresponde aos 27 cursos do artigo de 2023. Buscaram-se páginas oficiais de cursos, pró-reitorias e sistemas acadêmicos, priorizando PPCs, matrizes e ementários publicamente disponíveis. A data inscrita no documento foi diferenciada da data de atualização do portal e da indicação de vigência.

Recuperaram-se 14 PPCs e duas matrizes sem ementário integral. Treze PPCs tinham texto pesquisável; o da UnB exigiu reconhecimento óptico e conferência visual das ocorrências, mas seu anexo de ementas não estava incluído. Nos demais 11 cursos, links indisponíveis ou acesso incompleto impediram de concluir. A cobertura é parcial; documentos antigos localizados em 2026 não foram automaticamente tratados como vigentes.

O checklist incluiu instituição, modalidade, versão, nível de acesso, título do componente, obrigatoriedade, carga horária e contexto da ocorrência. Buscaram-se surdocegueira, surdocego, Libras tátil, comunicação tátil, guia-intérprete e educação de surdocegos, considerando flexões, acentuação e variantes com hífen. A extração textual e a busca lexical foram acompanhadas de leitura das ocorrências e de ementas correlatas. Ocorrências em estatísticas, legislação reproduzida ou infraestrutura foram separadas de conteúdos curriculares.

A classificação distinguiu: E, disciplina específica; F, referência explícita à formação docente, sem ementa específica confirmada; C, menção contextual; R, conteúdo específico não identificado no material pesquisável; e NV, verificação insuficiente. R não equivale à ausência na prática. Uma disciplina denominada Educação Inclusiva, sem indicação temática suficiente, não foi considerada inserção implícita confirmada. Para afirmar mudança entre períodos, exigiu-se evidência documental datada; mera atualização de página não atendeu a esse critério.

A fundamentação constituiu seleção narrativa de pesquisas de pós-graduação, com consulta a textos e resumos institucionais em repositórios e páginas de programas. As tentativas de consulta à BDTD e ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES não produziram resultados diretamente auditáveis nesta coleta. Portanto, não se atribui a todos os trabalhos indexação individual confirmada nessas bases, nem se apresenta esta seleção como uma revisão sistemática.

ISSN: 2358-8829

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quadro 1 - Documentação recuperada e classificação em 6 set. 2026

Instituição	Oferta	Documento / situação	Resultado
UFAC	P	Insuficiente	NV
UFT	P	Insuficiente	NV
UFAM	P	Insuficiente	NV
UNIFAP	P	PPC 2024	R
UFRA	P	PPC não recuperado	NV
UNIR	P	Insuficiente	NV
UFAL	P	PPC 2016; optativa, 54 h	E
UFRB	P	Link de PPC indisponível	NV
UFC	P	PPC alterado em 2016	R
UFCA	P	PPC 2023	R
UFMA	P	Capa 2014; identificado no portal como 2015	R
UFPB	EaD	Matriz da Resolução 43/2009	R*
UFCG	P	Insuficiente	NV
UFPE	P	Insuficiente	NV
UNIVASF	EaD	PPC com capa 2020	R
UFPI	P	PPC atual não recuperado integralmente	NV
UFRN	P	PPC 2013	R
UFS	P	Matriz 2014.1, código 01	R*
UFG	P	PPC 2014	R
UFMT	P	PPC 2017; período 2018-2023	C
UFGD	EaD	Capa 2020; arquivo identificado como 2021	R
UnB	P	PPC 2018; sem anexo de ementas	F
UFMG	P	PPC 2018	R
UFRJ	P	Insuficiente	NV
UFSC	P	Currículo 2012; versão final 2014	C
UFSC	EaD	Insuficiente	NV
UFPR	P	PPC identificado como currículo 2025	R

Fonte: esta reanálise, a partir de Aguiar et al. (2023) e dos documentos das referências. P: presencial; EaD: educação a distância. E: disciplina específica; F: referência à formação docente sem ementa específica confirmada; C: menção contextual; R: não identificado no material; NV: verificação insuficiente. * Apenas títulos da matriz. As datas não garantem vigência em 2026.

ISSN: 2358-8829

4.1. PERMANÊNCIAS E MODIFICAÇÕES DOCUMENTAIS

A UFAL apresenta a optativa Surdocegueira e Escolarização, com 54 horas e ementa sobre características da condição, comunicação e escolarização. Confirma-se um registro anterior a 2023, não uma criação posterior. Sua previsão não demonstra oferta regular nem que todos os licenciandos a cursam (Universidade Federal de Alagoas, 2016).

Na UnB, o PPC relaciona disciplinas didático-pedagógicas à formação de professores de alunos surdos e surdocegos. É uma referência formativa explícita, mais consistente que uma menção genérica à acessibilidade, mas sem comprovação de ementa, carga horária ou prática específica. Como o documento é de 2018, o achado amplia a detecção em relação à busca por títulos, sem comprovar inovação posterior a 2023 (Universidade de Brasília, 2018, p. 25).

Na UFMT, a ocorrência aparece em informações gerais sobre estudantes; no PPC presencial da UFSC, em passagem normativa sobre acessibilidade e guias-intérpretes. Nenhuma dessas menções demonstra componente específico de formação (Universidade Federal de Mato Grosso, 2017; Universidade Federal de Santa Catarina, 2014).

A UNIFAP disponibiliza PPC de 2024 e a UFPR, disponibilizou, em 2024, documento identificado institucionalmente como currículo de 2025 . Neles não se identificou conteúdo específico pelos critérios adotados. Na UNIFAP, Fundamentos da Educação Inclusiva aborda políticas e estratégias gerais, insuficientes para confirmar o tratamento sistemático da surdocegueira (Universidade Federal do Amapá, 2024; Universidade Federal do Paraná, [2024]).

A UFMA informa PPC de 2025 em tramitação e disponibiliza arquivo como 2015, embora sua capa indique 2014; a página institucional da UFPB informa que o projeto pedagógico do curso se encontra em processo de revisão, sem disponibilizar, contudo, documento atualizado que permita examinar possíveis alterações curriculares. . Isso não comprova conteúdos novos. O PPC de 2023 da UFCA também não permite, isoladamente, situar alteração antes ou depois da coleta original (Universidade Federal do Maranhão, [20--]; Universidade Federal da Paraíba, [20--]; Universidade Federal do Cariri, 2023).

A comparação é assimétrica: em 2023, registrou-se uma disciplina específica em 27 cursos; em 2026, confirmou-se essa disciplina, mas não se reexaminou integralmente o conjunto. Não se calculou crescimento ou estagnação percentual. Não se comprovou nova disciplina específica no material recuperado; para os 27 cursos, o resultado permanece inconclusivo.

ISSN: 2358-8829

4.2. DA MENÇÃO À RESPONSABILIDADE FORMATIVA

A principal permanência verificável é a limitada explicitação do tema no material consultado. Esse resultado não deve ser convertido em julgamento sobre a competência dos egressos, porque o estudo não observou aulas, estágios ou avaliações. A ausência de formulação explícita, porém, dificulta identificar onde a aprendizagem deveria ocorrer, com que profundidade e sob responsabilidade de quais componentes. Essa é uma lacuna documental relevante para o acompanhamento dos cursos.

Os estudos de Matos (2012), Farias (2015) e Muccini (2017) permitem interpretar a formação para além da sensibilização. Conhecer a existência da surdocegueira é diferente de planejar situações acessíveis de ensino, reconhecer formas de comunicação e trabalhar em colaboração. Uma disciplina geral pode contribuir, mas sua presença nominal não permite afirmar que essas aprendizagens foram incorporadas. O indicador mais consistente é a correspondência entre objetivos, conteúdos, atividades e avaliação.

A especificidade linguística investigada por Oliveira (2022) também torna insuficiente tomar qualquer estudo de Libras como equivalente à preparação para a comunicação tátil. A aproximação com a guia-interpretação deve explicitar relações e limites entre mediação comunicativa e trabalho docente, sem apresentar a licenciatura como certificação automática para outra atuação profissional. A pesquisa de Farnese (2024) amplia os contextos de uso tematizados na pós-graduação, mas não mede a formação oferecida pelos cursos aqui acompanhados.

Como proposição desta reanálise, recomenda-se organizar um núcleo formativo explicitado nos PPCs, articulado a componentes de língua, didática e estágio. Esse núcleo poderia contemplar diversidade das trajetórias surdocegas; sistemas e preferências comunicativas; acessibilidade de materiais; planejamento e avaliação de aprendizagem; e colaboração entre docentes, guia-intérpretes, demais profissionais envolvidos na acessibilidade e estudantes. Não se fixa carga horária mínima, pois os dados coletados não permitem validá-la.

A participação de pessoas surdocegas na formação deve alcançar a escolha, a experimentação e a avaliação das atividades. A experiência descrita por Daoud (2022) oferece uma referência situada para essa participação. Propõe-se que práticas supervisionadas incluam elaboração de materiais e discussão de situações pedagógicas com interlocutores reais, mediante acessibilidade e consentimento. Tais propostas são desdobramentos analíticos, e não atividades identificadas como já implementadas nos 27 cursos.

ISSN: 2358-8829

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reanálise confirmou a optativa da UFAL e identificou referência à formação de professores de alunos surdocegos na UnB. Este segundo achado, em documento de 2018, revela o efeito de ampliar a leitura além dos títulos. Também foram localizados PPCs mais recentes e processos de revisão. Não se comprovou expansão de disciplinas específicas nem se demonstrou que os 27 cursos permaneceram inalterados.

O resultado central é a limitada explicitação específica no material examinado, associada à cobertura parcial. Quatorze PPCs, um sem anexo de ementas, e duas matrizes não representam a totalidade do conjunto histórico. Uma conclusão nacional, uma comparação percentual entre 2023 e 2026 ou a afirmação de ausência de formação nos cursos excederiam as evidências produzidas.

As pesquisas de pós-graduação incorporadas ao texto sustentam a necessidade de articular dimensão linguística, planejamento pedagógico, acessibilidade e participação das pessoas surdocegas. Sua contribuição não está apenas em justificar uma nova disciplina, mas em qualificar os critérios de análise curricular. Uma previsão optativa pode constituir avanço, embora não assegure formação comum; a transversalidade pode ser pertinente, desde que tenha objetivos, responsabilidades e avaliação identificáveis.

Para completar o acompanhamento, será necessário recuperar os documentos dos 11 cursos com verificação insuficiente, os ementários da UnB e das duas matrizes examinadas, além de confirmar a vigência dos PPCs antigos. Também será necessária a conferência direta da seleção bibliográfica na BDTD e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Uma segunda leitura independente, com registro de versão, vigência, componente, natureza, carga horária e localização das evidências, poderá fortalecer a classificação adotada.

Conclui-se pela pertinência de fortalecer a presença curricular verificável da surdocegueira e investigar sua realização nas práticas. Esta reanálise oferece uma base parcial e rastreável para a continuidade, sem substituir lacunas de acesso por resultados negativos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. D.; DUARTE FILHO, R. E.; MARQUES, C. J. F.; MUNGUBA, M. C. S. A surdocegueira como disciplina na graduação: análise de matrizes curriculares de cursos de licenciatura em Letras-Libras. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., 2023. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize, 2023. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/100871. Acesso em: jul. 2026.

DAOUD, A. A. M. H. **Leitura compartilhada na educação bilíngue de surdos**: pesquisa-ação com materiais didáticos para surdocegos. 2022. Trabalho de conclusão (Mestrado Profissional em Educação Bilíngue) - Instituto Nacional de Educação de Surdos, Rio de Janeiro, 2022. Resumo institucional. Disponível em: https://mestrado.ines.gov.br/tccs-e-produtos/trabalhos-de-conclus%C3%A3o. Acesso em: jul. 2026.

FARIAS, S. S. P. **Os processos de inclusão dos alunos com surdocegueira na educação básica**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/18190. Acesso em: ago. 2026.

FARNESE, D. H. **Análise da percepção da tradução e da interpretação de uma música sertaneja em Libras tátil por surdocegos**. 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2024. Registro e resumo institucionais. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/49713. Acesso em: ago. 2026.

MATOS, I. S. **Formação continuada dos professores do AEE**: saberes e práticas pedagógicas para a inclusão e permanência de alunos com surdocegueira na escola. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=71059. Acesso em: ago. 2026.

MUCCINI, P. **Estudantes com surdocegueira na universidade**: mapeando barreiras e facilitadores que perpassam o processo de inclusão acadêmica. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185380. Acesso em: ago. 2026.

OLIVEIRA, É. A. M. **Tateando a língua**: um estudo linguístico sobre a Libras tátil. 2022. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2022. Disponível em: https://repositorio.cepeli n.org/index.php/repositorioppglintesesdissertaco/article/view/230. Acesso em: ago. 2026.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Projeto político pedagógico de curso**: Licenciatura em Língua de Sinais Brasileira - Português como Segunda Língua (LSB-PSL). Brasília, DF: UnB, 2018. Disponível em: https://sigaa.unb.br/sigaa/verProducao?idProducao=285 2235&key=222f9df701f97cf33c1abcbe26a73da6. Acesso em: set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. **Projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Letras-Libras**. Dourados: UFGD, 2020. Data da capa; arquivo identificado como PPC 2021. Disponível em: https://files.ufgd.edu.br/arquivos/ arquivos/78/COGRAD/_PPC_Letras_Libras_Licenciatura_2021.pdf. Acesso em: set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução nº 43/2009**. João Pessoa: UFPB, 2009. Composição curricular da Licenciatura em Letras-Libras a distância. Disponível em: https://www.cchla.ufpb.br/libras/resolucoes/. Acesso em: set. 2026.

ISSN: 2358-8829

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Apresentação**. João Pessoa: UFPB, [20--]. Página sem data de atualização identificada. Disponível em: https://www.cchla.ufpb.br/libras/apresentacao/. Acesso em: set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Projeto pedagógico do curso de Letras-Língua Brasileira de Sinais (Libras)**: licenciatura. Maceió: UFAL, 2016. Disponível em: https://ufal.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus-maceio/ppc_curso_de_letras-libras_licenciatura_ufal.pdf. Acesso em: set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Projeto pedagógico do curso de Letras**: Libras - licenciatura. Goiânia: UFG, 2014. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/25/o/2014_PPC_libras.pdf. Acesso em: set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. **Projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Letras-Libras**. Cuiabá: UFMT, 2017. Período 2018-2023. Disponível em: https://www.ufmt.br/curso/letraslibras/pagina/ppc/4417. Acesso em: set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Projeto pedagógico de curso**: Licenciatura em Letras-Libras. Belo Horizonte: UFMG, 2018. Disponível em: https://libras.letras.ufmg.br/images/Projeto_Ped_Grad_Letras_Libras.pdf. Acesso em: set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Projeto político-pedagógico do curso de Letras Libras**. Florianópolis: UFSC, 2014. Currículo 2012, versão final de 6 mar. 2014; recorte presencial. Disponível em: https://letraslibras.paginas.ufsc.br/files/2013/04/PPPLibras_Curriculo_2012_FINAL_06-03-2014.pdf. Acesso em: set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Estrutura curricular**: Letras-Libras - licenciatura. São Cristóvão: UFS, 2014. Matriz 2014.1, código 01. Disponível em: https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/12750615. Acesso em: set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Letras Libras Português**. Macapá: UNIFAP, 2024. Disponível em: https://www2.unifap.br/letraslibras/files/2024/11/PPC-APROVADO-2024.pdf. Acesso em: set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI. **Projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Letras-Libras**. Juazeiro do Norte: UFCA, 2023. Disponível em: https://documentos.ufca.edu.br/?post_type=doc&p=41346. Acesso em: set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Projeto pedagógico curricular**: curso de Licenciatura Letras: Língua Brasileira de Sinais (Libras). Fortaleza: UFC, 2016. Alteração de março de 2016. Disponível em: https://www.si3.ufc.br/sigaa/verProducao?idProducao=497717&key=cf0671f834a8a9085e1406a4b1a76362. Acesso em: set. 2026.

ISSN: 2358-8829

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Projeto político pedagógico**: curso de graduação em Letras - Licenciatura em Língua Brasileira de Sinais. São Luís: UFMA, 2014. Data da capa; portal identifica o documento como PPC 2015. Disponível em:https://letraslibras.ufma.br/wp-content/uploads/2024/11/PPP-Letras-Libras-2015.pdf . Acesso em: set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Projeto pedagógico de curso**. São Luís: UFMA, [20--]. Página institucional: PPC 2025 em tramitação. Disponível em: https://letraslibras.ufma.br/sobre-o-curso/projeto-pedagogico-de-curso/. Acesso em: set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Projeto pedagógico do curso de Letras-Libras**: licenciatura. Curitiba: UFPR, [2024]. Documento identificado como Letras-Libras 2025, disponibilizado em novembro de 2024. Disponível em: https://letras libras.ufpr.br/wp-content/uploads/2024/11/PPC_LIBRAS_UFPR_docentes24.pdf. Acesso em: set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto do curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa**. Natal: UFRN, 2013. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?id=118921874&lc=pt_BR. Acesso em: set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Projeto pedagógico**: curso de Licenciatura em Letras Libras, modalidade a distância. Petrolina: UNIVASF, 2020. Data da capa do documento consultado. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/sead/ppc-metodologias-ativas/ppc-licenciatura-em-letras-lib ras.pdf. Acesso em: set. 2026.

WATANABE, D. R. **O estado da arte da produção científica na área da surdocegueira no Brasil de 1999 a 2015**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.11606/D.48.2017.tde-13062017-112304. Acesso em: set. 2026.